Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. ("Companhia"), constituída na forma de uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa ("FRAS3"), tem por objeto principal a fabricação, a comercialização e a importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, n°10.945 - Caxias do Sul - RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha, África do Sul e Emirados Árabes Unidos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 15 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a possibilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentadas abaixo:

| Fras-le Argentina S.A. (a) |
|---|
| Fras-le North America, Inc. (a) |
| Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a) |
| Fras-le México S de RL de CV (a) |
| Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a) |
| Fras-le Europe (a) |
| Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a |
| Fras-Le Middle East (a) |
| Freios Controil Ltda (b) |

| Objeto Social | País-sede | 31/12/2016 % | 31/12/2015 % |
|---|---------------------------|-----------------|-----------------|
| Representação e comércio de autopeças | Argentina | 94,00 | 94,00 |
| Fabricação e comércio de autopeças. | Estados Unidos da América | 100,00 | 100,00 |
| Representação e comércio de autopeças | Chile | 99,00 | 99,00 |
| Representação e comércio de autopeças | México | 99,66 | 99,66 |
| Fabricação e comércio de autopeças | China | 100,00 | 100,00 |
| Representação e comércio de autopeças | Alemanha | 100,00 | 100,00 |
| Representação e comércio de autopeças. | África do Sul | 100,00 | 100,00 |
| Representação e comércio de autopeças. | Emirados Árabes Unidos | 100,00 | 100,00 |
| Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores. | Brasil | 99,99 | 99,99 |

- (a) Empresas controladas no exterior.
- (b) Empresa controlada no país.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

b. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

c. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as informações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está relacionada abaixo:

| Controladas | Moeda funcional |
|---|-----------------|
| Fras-le Argentina S.A. | Peso Argentino |
| Fras-le North America, Inc. | Dólar Americano |
| Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. | Peso Chileno |
| Fras-le México S de RL de CV | Peso Mexicano |
| Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd | Iuan |
| Fras-le Europe | Euro |
| Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited | Rande |
| Fras-Le Middle East | Dhiram |
| Freios Controil Ltda | Real |

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial.

3.3 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

a.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso
seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do
reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do
resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda
baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos
documentados pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme
incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são
mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com
juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Caixa e equivalentes de caixa
são classificados nessa categoria.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

a.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis.

b. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixa.

c. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

c.1 Hedge de Fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

3.4 Redução ao valor recuperável (Impairment)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência / recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

d. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data do balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.5 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2)/ IAS28, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.9 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

| | Controladora | | Consolidad | lo |
|-----------------------------|-----------------|-------|-----------------|-------|
| | Vida útil média | % ano | Vida útil média | % ano |
| Edificações | 49 anos | 2,0 | 43 anos | 2,3 |
| Máquinas e equipamentos | 15 anos | 6,7 | 14 anos | 7,1 |
| Moldes | 8 anos | 12,5 | 9 anos | 11,1 |
| Veículos | 10 anos | 10,0 | 8 anos | 12,5 |
| Móveis e utensílios | 13 anos | 7,7 | 13 anos | 7,7 |
| Equipamentos de informática | 4 anos | 25,0 | 6 anos | 16,7 |
| Direito uso substação | - | - | 24 anos | 4,2 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.10 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 8 anos.

b. Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme lei nº 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Imposto corrente

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

b. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.13 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrentes de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício:
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

3.14 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13° salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada contribuição definida, (Nota explicativa 12). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

3.16 Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3.17 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente lucro, conforme destinação dada pela Administração da Companhia.

3.18 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.19 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas informações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas está incluída na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 16 - Provisão para litígios

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 26 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
- Nota explicativa 12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

c. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 21.

d. Benefícios de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível à mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota explicativa 12.

e. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o

método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Impairment de ativos não financeiros

A Companhia utiliza regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual de um ativo for superior ao seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos. Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado

Uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

5 Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

• *IFRS* 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o *IFRS* 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, sendo necessário passar a avaliar quais são os riscos de mercado que a Companhia está sujeita. O *IFRS* 9 traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do *hedge*, bem como

exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores e as diferenças nos valores contábeis serão reconhecidos em 1º de janeiro de 2018 e absorvidos no lucros acumulados e reservas.

IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para divulgar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas. Ainda estamos avaliando outros aspectos da aplicação da norma para concluir nossas análises. Caso, prospectivamente sejam identificados impactos, deveremos trata-los na fase de transição ao longo do ano de 2017.

IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e entende que poderá gerar efeito sobre as divulgações da Companhia. Devido ao fato de, no momento inicial de adoção, termos um incremento no saldo do ativo não circulante referente ao direito de uso dos ativos e um incremento no saldo de passivo de arrendamento mercantil. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia. Com relação a análise do resultado, teremos um impacto positivo no valor do EBTIDA da Companhia, visto que o valor de despesas referente aos arrendamentos operacionais darão lugar as despesas de juros dos arrendamentos mercantis registrados no passivo e as despesas de amortização com relação ao direito de uso dos contratos firmados.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controla | Controladora | | dado |
|----------------------------|------------|--------------|------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Caixa e bancos | 129 | 482 | 25.706 | 24.320 |
| Numerários em trânsito (a) | 8.990 | 17.613 | 9.608 | 18.356 |
| Aplicações financeiras (b) | 209.410 | 101.561 | 220.930 | 119.219 |
| | 218.529 | 119.656 | 256.244 | 161.895 |
| | | 117,000 | 2001211 | 101.072 |

⁽a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira no exterior, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das informações financeiras.

⁽b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por

Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas à taxas que variam entre 90% e 101% (75% a 104% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota explicativa 26.

7 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se à aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

| | | Control | adora | Consoli | dado |
|-----------|---------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Aplicação | Remuneração média em 31/12/2016 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| CDB | 99% a 102% do CDI | 274.181 | 55.008 | 274.181 | 55.008 |

8 Clientes

| | Contro | Controladora | | idado |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| No País | 6.657 | 7.352 | 10.314 | 11.352 |
| De terceiros Partes relacionadas Vendor | 4.044 450 2.163 | 4.631 566 2.155 | 7.234 450 2.630 | 8.181 593 2.578 |
| No exterior | 162.609 | 175.018 | 54.485 | 77.110 |
| De terceiros Partes relacionadas | 3.832 158.777 | 44.028 130.990 | 54.485 | 77.110 |
| | 169.266 | 182.370 | 64.799 | 88.462 |
| Menos: Ajuste a valor presente Provisão para devedores duvidosos | (1.070) (874) | (1.362) (7.322) | (1.126) (2.224) | (1.402) (11.553) |
| | 167.322 | 173.686 | 61.449 | 75.507 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os prazos médios de recebimento para o mercado interno são de 09 e 10 dias, respectivamente, para o mercado externo oriundo de controladas 386 e 375 dias, respectivamente, e para mercado externo oriundo de terceiros 57 e 70 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Saldo no início do exercício | (7.322) | (2.065) | (11.553) | (2.106) |
| Adições | (3.111) | (6.181) | (3.840) | (10.459) |
| Baixas/realizações | 9.559 | 924 | 13.169 | 1.012 |
| Saldo no final do exercício | (874) | (7.322) | (2.224) | (11.553) |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

| | Contr | Controladora | | idado |
|---------------------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| A vencer Vencidos: | 44.557 | 97.946 | 44.338 | 56.220 |
| De 1 a 30 dias | 15.164 | 21.672 | 14.403 | 16.247 |
| De 31 a 60 dias De 61 a 90 dias | 12.043 12.530 | 13.977 5.605 | 3.544 1.217 | 6.815 4.144 |
| De 91 a 180 dias Acima de 181 dias | 28.163 56.809 | 17.578 25.592 | 649 648 | 2.913 2.123 |
| Total | 169.266 | 182.370 | 64.799 | 88.462 |

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo. Nos saldos da controladora, o contas a receber vencido acima de 61 dias são representadas principalmente por venda de produtos para controladas (veja Nota explicativa 11), para os quais não há provisão para devedores duvidosos.

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na Nota explicativa 26.

9 Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Produtos acabados | 44.642 | 53.343 | 105.867 | 121.891 |
| Produtos em elaboração | 7.915 | 7.629 | 13.149 | 14.068 |
| Matérias-primas | 24.788 | 25.181 | 38.848 | 40.610 |
| Materiais auxiliares e de manutenção | 2.932 | 2.310 | 7.332 | 7.180 |
| Adiantamentos a fornecedores | 538 | 3.284 | 3.948 | 4.289 |
| Importações em andamento | 10.676 | 7.276 | 10.676 | 7.276 |
| Provisão para perdas com estoques | (4.549) | (4.094) | (7.659) | (8.034) |
| | 86.942 | 94.929 | 172.161 | 187.280 |

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

| | Control | Controladora | | idado |
|------------------------------|------------|--------------|------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Saldo no início do exercício | (4.094) | (4.758) | (8.034) | (6.519) |
| Adições | (2.207) | (1.139) | (2.669) | (4.422) |
| Baixas / realizações | 1.752 | 1.803 | 3.044 | 2.907 |
| Saldo no final do exercício | (4.549) | (4.094) | (7.659) | (8.034) |

10 Impostos e contribuições a recuperar

| | Controladora | | Consol | idado |
|------------------|--------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| ICMS (a) | 4.765 | 4.242 | 4.866 | 4.418 |
| IPI(b) | 102 | 93 | 122 | 113 |
| IR e CS(c) | 2.829 | 3.328 | 3.212 | 3.435 |
| COFINS (d) | 2.972 | 3.710 | 2.974 | 3.710 |
| PIS (<i>d</i>) | 629 | 788 | 630 | 789 |
| IVA(e) | - | - | 9.596 | 4.631 |
| Reintegra (f) | 826 | 2.145 | 941 | 2.263 |
| Outros | 3.171 | 2.199 | 5.673 | 4.615 |
| Total | 15.294 | 16.505 | 28.014 | 23.974 |
| Circulante | 10.682 | 10.666 | 18.647 | 16.732 |
| Não circulante | 4.612 | 5.839 | 9.367 | 7.242 |
| Total | 15.294 | 16.505 | 28.014 | 23.974 |

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

d. Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS)

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

e. Imposto sobre valor adicionado (IVA)

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar da controlada Fras-le Argentina. Os referidos créditos não prescrevem e a Companhia espera que sua recuperação ocorra dentro dos próximos 18 meses.

f. Reintegra

O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de tributos federais em casos de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando do pagamento de qualquer outro tributo federal.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

| | Ativo | | Passivo | |
|---|-----------------------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|
| | Contas a receber por vendas | Dividendos a receber | Contas a pagar | Mútuos a pagar |
| Jost Brasil Sistemas Automotivos (d) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 13 | - | <u>.</u> | - |
| Randon S.A. Implementos e Participações (b) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 315 318 | - | 27 212 | - |
| Master Sistemas Automotivos Ltda (d) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 4 104 | - - | 1 198 | : |
| Castertech Fundição e Tecnologia Ltda (d) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 103 143 | - | : | |
| Freios Controil Ltda (e) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 15 1 | | - | 210 683 |
| Fras-le Argentina S.A. (c) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 23.969 16.146 | 513 840 | - - | - |
| Fras-le North America, Inc. (c) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 133.738 113.134 | | - | - |
| Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 95 107 | | 486 | - |
| Fras-le Europe (c) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 975 1.603 | <u>-</u> | : | - |
| Outras partes relacionadas (a) Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | <u> </u> | <u>.</u> | <u>.</u> | 1 103 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 159.227 131.556 | 513 840 | 28 896 | 211 786 |

| _ | Transações | | | Prazo médio | | |
|---|------------------------|----------------------------|----------------|------------------|--------------|------------|
| | Venda de produtos e | Compra de produtos e | Outras | Outras | D kim | December |
| | serviços | serviços | Receitas | Despesas | Recebimentos | Pagamentos |
| Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (d) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 531 | 30 | 709 | 60 | 13 | 28 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | 22 | 618 | - | - | - |
| Randon S.A. Implementos e | | | | | | |
| Participações (b) | | | | | _ | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 7.323 17.214 | 6.027 5.428 | 6.116 3.601 | 15.358 10.443 | 9 | 35 14 |
| | | | | | | |
| Master Sistemas Automotivos Ltda (d) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 13.876 | 485 | 2.429 | 178 | 9 | 25 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 14.931 | 847 | 1.261 | - | 10 | 62 |
| Castertech Fundição e | | | | | | |
| Tecnologia Ltda (d) | | | | | | _ |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 1.523 1.357 | 10 | 259 | 10 44 | 22 66 | 8 |
| Saldo elli 31 de dezembro de 2013 | 1.557 | • | - | 44 | 00 | - |
| Freios Controil Ltda (e) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 210 | - | - | - | 31 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 60 | - | - | - | 53 | - |
| Randon Consórcios Ltda (d) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | - | 3 | - | - | - |
| Banco Randon S.A. (d) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | - | - | - | 7.049 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | - | - | 7.525 | - | - |
| Fras-le Argentina S.A. (c) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 43.221 | _ | - | - | 211 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 45.781 | - | - | - | 86 | - |
| Fras-le North America, Inc (c) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 89.146 | _ | - | 1.184 | 337 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 99.600 | 20 | - | 1.464 | 442 | - |
| T. I.M. G.I.M. I.GW() | | | | | | |
| Fras-le Mexico S de RL de CV (c) Saldo em 31 de dezembro de 2016 | _ | _ | - | 795 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | - | - | 924 | - | - |
| F 1 F 1 # 1 1 1 1 1 1 | | | | | | |
| Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 266 | 3.067 | - | - | 111 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 183 | 9.770 | - | - | 156 | - |
| Fras-le Europe (c) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 3.554 | - | - | - | 102 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 2.535 | - | - | 478 | 187 | - |
| Fras-le Africa Aut (Pty) Limited (c) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | - | - | - | 729 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | - | - | 783 | - | - |
| Fras-le Andina (c) | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | - | _ | _ | 235 | _ | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | - | - | 254 | - | - |
| E LWILLE (() | | | | | | |
| Fras-le Middle East (c) Saldo em 31 de dezembro de 2016 | _ | _ | _ | 266 | _ | _ |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | - | - | 822 | 202 | - |
| | | | | | | |
| Outras Partes Relacionadas (a) Saldo em 31 de dezembro de 2016 | | | 47 | 122 | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | - | 4 / | - | - | - |
| | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 159.650 | 9.619 | 9.560 | 3.574 | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 181.661 | 16.087 | 5.483 | 22.737 | | |
| _ | | | | | | |

- (a) Saldos de mútuos a pagar mantidos com diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.
- (b) Controladora direta da Companhia. A controladora final da Companhia é a Dramd Participações e Administração Ltda.
- (c) Sociedades controladas no exterior.
- (d) Empresas coligadas no Brasil.
- (e) Empresas controladas no Brasil.

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se à vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Andima.

Os saldos em aberto no exercício findo não possuem garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia definiu como pessoal-chave da Administração: o Conselho de Administração, a diretoria estatutária e o Conselho Fiscal. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão representados como segue:

| - | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| participações nos lucros e despesas com assistência médica) Benefícios pós-emprego - contribuições para | 4.606 | 4.450 | 4.606 | 5.068 |
| Randonprev | 226 | 213 | 226 | 213 |
| Total | 4.832 | 4.663 | 4.832 | 5.281 |

A Companhia não pagou às pessoas-chave da administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2016 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

| | Controladora / Consolidado | |
|--|-------------------------------|---------|
| | 2016 | 2015 |
| Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas) | | |
| Custo de serviço corrente | 211 | 199 |
| Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios | 365 | 301 |
| Receita de juros sobre ativos do plano | (543) | (493) |
| Juros sobre o superávit irrecuperável | <u> 161</u> | 176 |
| Custo de benefício definido no resultado | <u> </u> | 183 |
| Rendimento real dos ativos do plano | 503 | (93) |
| Ativo (passivo) de benefícios | | |
| | Controlac Consolic | |
| | 2016 | 2015 |
| Obrigação com benefícios definidos | (2.704) | (2.934) |
| Valor justo dos ativos do plano | 4.892 | 4.199 |
| Ajuste devido | (2.188) | (1.265) |
| Ativo de benefícios | | - |

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são as seguintes:

| | Controladora |
|--|---------------|
| | / Consolidado |
| Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2014 | (2.642) |
| Custo de juros | (301) |
| Custo do serviço corrente | (199) |
| Benefícios pagos | 58 |
| Ganhos atuariais sobre obrigações | 150 |
| Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2015 | (2.934) |
| Custo de juros | (365) |
| Custo do serviço corrente | (211) |
| Benefícios pagos | 60 |
| Ganhos atuariais sobre obrigações | 746 |
| Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2016 | (2.704) |

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

| | Controladora / Consolidado |
|---|-------------------------------|
| Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014 | 4.153 |
| Retorno sobre o investimento | (93) |
| Contribuição do empregador | 206 |
| Benefícios pagos | (58) |
| Valores transferidos | (9) |
| Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015 | 4.199 |
| Retorno sobre o investimento | 503 |
| Contribuição do empregador | 250 |
| Benefícios pagos | (60) |
| Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016 | 4.892 |

A Companhia espera contribuir com R\$ 1.906 aos seus planos de previdência com beneficio definido em 2017. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

| | Controladora / |
|---------|--------------------|
| | Consolidado |
| | 2016 2015 |
| Ações | 903 1.002 |
| Títulos | 3.989 3.197 |
| | 4.892 4.199 |

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao exercício ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

| | 2016 | 2015 |
|---|--------|--------|
| Taxa de desconto | 11,80% | 12,75% |
| Taxa de crecimento salarial | 7,03% | 7,49% |
| Taxa de crescimento de benefícios | 4,85% | 5,0% |
| Expectativa de vida (em anos) em planos de previdência privada para participantes | | |
| assistidos com 60 anos: | | |
| Homens | 24,59 | 24,59 |
| Mulheres | 27,42 | 27,42 |

As expectativas estimadas de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

| | Controladora / Consolidado |
|---|-------------------------------|
| Contribuições esperadas para o próximo exercício | Component |
| Empresa | 264 |
| • | 264 |
| Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido | |
| Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2018 a 31 | 330 |
| de dezembro de 2026 | 3.331 |
| | 3.661 |
| Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante | |
| Participantes ativos | 2.074 |
| Benefício proporcional diferido | 630 |
| | 2.704 |
| Informações Patrimoniais | |

| Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2016 | 18% |
|--|----------|
| Renda variável | 81% |
| Renda fixa | 1% |
| | 100% |
| Resultado do exercício | <u> </u> |
| Custo de serviço corrente | 142 |
| Juros líquido sobre passivo/(ativo) líquido | (15) |
| | 127 |

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2016:

| Patrocinadora | Valor Presente da Obrigação (VPO) 2016 | 1% Aumento - Efeito no VPO | 1% Redução - Efeito no VPO |
|---------------|--|-------------------------------|-------------------------------|
| Fras-le S.A. | 2.704 | (183) | 211 |

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 12,18%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 10,18%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

13 Investimentos

Composição dos saldos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Participação em empresas controladas | 93.422 | 121.038 | - | _ |
| Outros investimentos | - | 80 | 464 | 761 |
| Lucro não realizado nos estoques | (12.876) | (25.085) | <u> </u> | |
| | 80.546 | 96.033 | 464 | 761 |
| Classificado no ativo não circulante - Investimento | 96.606 | 104.253 | 464 | 761 |
| Classificado no passivo não circulante - Provisão para perda com investimento | (16.060) | (8.220) | <u> </u> | |
| Total dos investimentos líquidos | 80.546 | 96.033 | 464 | 761 |

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Saldos no início do exercício | 96.033 | 102.541 | 761 | 796 |
| Variação cambial das investidas | (17.566) | 15.091 | (297) | (35) |
| Equivalência patrimonial | (1.722) | (3.575) | | ` - |
| Lucro não realizado nos estoques da controladora | 12.209 | (18.024) | - | - |
| Distribuição de dividendos | (8.328) | - | - | - |
| Outros investimentos | (80) | | | |
| Saldos no final do exercício | 80.546 | 96.033 | 464 | 761 |

Movimentação dos saldos

| | Fras-le North América | Fras-le | Fras-le Andina | Fras-le México | Fras-le Friction | Fras-le Europe | Fras-le Africa | Freios Controil | Fras-le Middle | Total |
|--|-----------------------------|---------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|----------|
| Saldos em 31 de dezembro de | | | | | | | | | | |
| 2015 | (8.220) | 17.301 | 286 | 584 | 52.000 | 6.653 | 580 | 51.342 | 512 | 121.038 |
| Equivalência patrimonial | (9.595) | 3.046 | 53 | 287 | 3.512 | 596 | 122 | 390 | (133) | (1.722) |
| -Distribuição de dividendos - Ajustes acumulados de | - | - | - | - | (8.328) | - | - | - | - | (8.328) |
| conversão | 1.755 | (6.027) | (39) | (348) | (11.451) | (1.347) | (34) | | (75) | (17.566) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | (16.060) | 14.320 | 300 | 523 | 35.733 | 5.902 | 668 | 51.732 | 304 | 93.422 |

Fras-le S.A.Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Informações das investidas

| | Fras-le North América | Fras-le Argentina | Fras-le Andina | Fras-le México | Fras-le Friction | Fras-le Europe | Fras-le Africa | Freios Controil | Fras-le Middle | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|-----------------------------|----------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|------------|------------|
| Capital social | 21.793 | 6.622 | 24 | 2 | 25.120 | 2.133 | 55 | 55.000 | 64 | | - |
| Ações (em lote de mil) | | | | | | | | | | | |
| - Ordinárias | 1 | 13.352 | - | - | - | - | - | - | - | | - |
| - Quotas | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 54.988 | 1 | | - |
| Participação no capital social, no final do | | | | | | | | | | | |
| exercício- % | 100 | 94 | 99 | 99,66 | 100 | 100 | 100 | 99,99 | 100 | | - |
| Ativos | 133.974 | 52.679 | 334 | 521 | 41.251 | 11.052 | 668 | 68.829 | 312 | | - |
| Passivos | 150.034 | 37.445 | 31 | 11 | 5.518 | 5.150 | - | 17.095 | 8 | | - |
| Patrimônio líquido ajustado | (16.060) | 15.234 | 303 | 510 | 35.733 | 5.902 | 668 | 51.734 | 304 | | - |
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício | (9.596) | 3.241 | 42 | 287 | 3.511 | 595 | 122 | 390 | (133) | | - |
| Ajustes acumulados de conversão | 1.755 | (6.027) | (39) | (348) | (11.451) | (1.347) | (34) | - | (75) | (17.566) | 15.091 |
| Resultado da equivalência patrimonial | (9.595) | 3.046 | 53 | 287 | 3.512 | 596 | 12 | 390 | (133) | (1.722) | (3.575) |
| Valor do investimento líquido | (16.060) | 14.320 | 300 | 523 | 35.733 | 5.902 | 668 | 51.732 | 304 | 93.422 | 121.038 |

14 Imobilizado

Controladora

| Custo do imobilizado bruto | Terrenos e prédios | Máquinas, equipamentos e moldes | Móveis e utensílios | Equipamentos de computação | Veículos | Imobilizado em andamento | Adiantamento a fornecedor e importações em andamento | Total |
|--|-------------------------------------|--|-------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|--|---|--|
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | 141.779 | 393.944 | 10.036 | 7.658 | 1.535 | 23.388 | 286 | 578.626 |
| Aquisições Baixas Transferências | 322 - 909 | 11.250 (8.573) 18.135 | 9 (21) 136 | 250 (309) 34 | 5 (109) | 13.601 - (19.356) | 1.779 - - | 27.216 (9.012) (142) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 Aquisições Baixas Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 143.010 - 578 - 143.588 | 414.756 3.061 (4.580) 18.650 431.887 | 10.160 22 (7) 31 10.206 | 7.633 117 (55) 34 7.729 | 1.431 71 - - 1.502 | 17.633 5.221 (96) (17.250) 5.508 | (2.062) | 596.688 8.492 (4.738) (19) 600.423 |
| Depreciação e perda ao valor recuperável Saldo em 01 de janeiro de 2015 | (37.415) | (238.876) | (7.428) | (6.739) | (975) | - | <u> </u> | (291.433) |
| Depreciação Baixas | (3.722) | (19.849) 1.790 | (383) 21 | (313) 307 | (76) 15 | <u> </u> | | (24.343) 2.133 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 Depreciação Baixas Transferências | (41.137) (3.730) - (2) | (256.935) (20.388) 4.119 2 | (7.790) (350) 6 | (6.745) (296) 50 | (1.036) (70) | - - - - | - - - | (313.643) (24.834) 4.175 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (44.869) | (273.202) | (8.134) | (6.991) | (1.106) | <u> </u> | | (334.302) |
| Valor líquido | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | 104.364 | 155.068 | 2.608 | 919 | 560 | 23.388 | 286 | 287.193 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 101.873 | 157.821 | 2.370 | 888 | 395 | 17.633 | 2.065 | 283.045 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 98.719 | 158.685 | 2.072 | 738 | 396 | 5.508 | 3 | 266.121 |

Consolidado

| Custo do imobilizado bruto | Terrenos e prédios | Máquinas, equipamentos e moldes | Móveis e utensílios | Equipamentos de computação | Veículos | Imobilizado em andamento | Adiantamento a fornecedor e importações em andamento | Total |
|---|-----------------------|---------------------------------------|------------------------|-------------------------------|----------|-----------------------------|---|-----------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | 149.113 | 564.803 | 11.646 | 9.623 | 1.869 | 25.350 | 287 | 762.701 |
| Aquisições | 553 | 17.788 | 90 | 474 | 344 | 17.797 | 1.778 | 38.824 |
| Baixas | - | (4.544) | (23) | (358) | (263) | (763) | - | (5.951) |
| Transferências | 910 | 12.491 | 137 | 50 | - | (13.730) | - | (142) |
| Variação cambial | 3.002 | 27.944 | 277 | 461 | 54 | 124 | | 31.862 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 153.578 | 618.482 | 12.127 | 10.250 | 2.004 | 28.788 | 2.065 | 827.294 |
| Aquisições | - | 3.332 | 38 | 137 | 70 | 6.574 | _ | 10.151 |
| Baixas | - | (10.290) | (11) | (70) | (97) | (260) | - | (10.728) |
| Transferências | 779 | 18.758 | 34 | 80 | - | (17.608) | (2.062) | (19) |
| Variação cambial | (1.972) | (17.066) | (242) | (329) | (116) | (1.655) | - | (21.380) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | | | | | | | | |
| | 152.385 | 613.216 | 11.946 | 10.068 | 1.861 | 15.839 | 3 | 805.318 |
| Depreciação e perda do valor recuperável | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | (39.528) | (328.125) | (8.614) | (8.267) | (1.228) | - | - | (385.762) |
| Aquisições | (4.740) | (32.078) | (544) | (566) | (172) | - | - | (38.100) |
| Baixas | - | 3.839 | 22 | 355 | 17 | - | - | 4.233 |
| Variação cambial | (792) | (7.475) | (140) | (310) | (34) | | | (8.751) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (45.060) | (363.839) | (9.276) | (8.788) | (1.417) | - | - | (428.380) |
| Depreciação | (4.509) | (31.247) | (454) | (490) | (107) | - | - | (36.820) |
| Baixas | ` - | 9.788 | 11 | 65 | 37 | - | - | 9.914 |
| Transferência | (2) | 2 | 36 | (36) | - | - | - | - |
| Perdas por redução ao valor recuperável | (3.700) | (6.941) | - | - | - | (1.309) | - | (11.950) |
| Variação cambial | 786 | 5.947 | 176 | 236 | 74 | - | - | 7.219 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (50.405) | (20 < 200) | (0.505) | (0.012) | (1.410) | (1.200) | | (460.045) |
| | (52.485) | (386.290) | (9.507) | (9.013) | (1.413) | (1.309) | <u> </u> | (460.017) |
| Valor líquido | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | 109.585 | 236.678 | 3.032 | 1.356 | 641 | 25.360 | 287 | 376.939 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 108.518 | 254.643 | 2.851 | 1.462 | 587 | 28.788 | 2.065 | 398.914 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 99.900 | 226.926 | 2.439 | 1.055 | 448 | 14.530 | 3 | 345.301 |

Em 31 de dezembro de 2016, ao realizar os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa de Blocos, localizada na controlada Fras-le North-America Inc., não apresenta viabilidade econômica no momento, e a Administração não possui expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. O cenário de desvalorização do Real – R\$ frente ao Dólar – US\$ tiveram impacto favorável no aumento da produção de blocos no Brasil em relação à produção que seria realizada nos Estados Unidos da América, sendo esse o principal motivo para o reconhecimento de *impairment* parcial nessa unidade. Desdobramentos da nova política de câmbio promovida pelo atual governo dos EUA sinalizam favorecimento à produção naquele pais e novas análises sobre o tema serão feitas ao longo do próximo exercício.

Com exceção do exposto acima, a Companhia não identificou a existência de indicadores onde outros ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos ao longo de 2017.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Fabricação de ferramentais Fabricação e instalação de máquinas e | 59 | 167 | 1.204 | 897 |
| equipamentos | 5.041 | 16.982 | 12.918 | 26.565 |
| Construções e benfeitorias em imóveis | 408 | 484 | 408 | 1.327 |
| | 5.508 | 17.633 | 14.530 | 28.789 |

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 502 (R\$ 926 em 31 de dezembro de 2015). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,16% ao mês (0,15% ao mês em 31 de dezembro de 2015), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

15 Intangível

| | Software e licenças | | | |
|--|---------------------|-------------|--|--|
| Custo | Controladora | Consolidado | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | 29.580 | 34.239 | | |
| Aquisições Baixas | 290 (2) | 715 (41) | | |
| Transferência | 142 | 142 | | |
| Variação cambial | | 454 | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 30.010 | 35.509 | | |
| Aquisições | | 270 | | |
| Baixas | - | (2) | | |
| Transferência | 19 | 19 | | |
| Variação cambial | | (306) | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 30.029 | 35.490 | | |
| Amortização e perda do valor recuperável | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | (14.151) | (17.782) | | |
| Amortização | (3.113) | (3.485) | | |
| Baixas | 1 | 1 (217) | | |
| Variação cambial | | (217) | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (17.263) | (21.483) | | |
| Amortização | (2.772) | (3.209) | | |
| Variação cambial | | 140 | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (20.035) | (24.552) | | |
| Valor residual líquido | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2015 | 15.429 | 16.457 | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 12.747 | 14.026 | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 9,994 | 10.938 | | |

Os ativos intangíveis referem-se a direitos sobre *softwares* e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em oito anos.

16 Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, nas datas-base de 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

| Passivo | | 31/12/2016 | | 31/12/2015 | | | Depósito judicial | |
|-------------------|----------|------------|--------|------------|----------|--------|-------------------|------------|
| Contingente | Provável | Possível | Remota | Provável | Possível | Remota | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| a) cível | - | 682 | 58 | _ | 161 | _ | - | - |
| b) tributário | - | 28.762 | 20.371 | _ | 21.319 | 12.710 | 4.668 | 5.146 |
| c) trabalhista | 5.271 | 18.259 | 591 | 3.899 | 12.711 | 7 | 3.282 | 1.093 |
| d) previdenciário | 735 | | | 679 | <u> </u> | 1.603 | 60 | 219 |
| Total | 6.006 | 47.703 | 21.020 | 4.578 | 34.191 | 14.320 | 8.010 | 6.458 |

Consolidado

| Passivo | 31/12/2016 | | | 31/12/2015 | | | Depósito judicial | |
|-------------------|------------|----------|----------|------------|----------|--------|-------------------|------------|
| Contingente | Provável | Possível | Remota | Provável | Possível | Remota | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| a) cível | _ | 7.370 | 58 | _ | 6.850 | - | _ | _ |
| b) tributário | 1.280 | 31.858 | 20.985 | 1.605 | 23.344 | 13.315 | 4.667 | 5.146 |
| c) trabalhista | 5.354 | 19.078 | 591 | 4.116 | 14.989 | 159 | 3.773 | 1.470 |
| d) previdenciário | 735 | <u> </u> | <u> </u> | 680 | - | 1.603 | 60 | 219 |
| Total | 7.369 | 58.306 | 21.634 | 6.401 | 45.183 | 15.077 | 8.500 | 6.835 |

- **Cível -** Trata-se, principalmente, de ações relacionadas a contratos de prestação de serviço e representação comercial, que tem por objeto a discussão quanto à obrigações contratuais.
- **Tributário** Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a. Imposto de Importação A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção Bens de Capital Nacional x Bens de Capital e consequente infração ao disposto no art. 2°, inciso II, da Lei n° 9.449/97, e art. 6° do Decreto n° 2.072/96. A Companhia apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fato e de direito existentes no lançamento tributário e requerido o integral cancelamento do auto de infração. Em 06 de outubro de 2011, foi julgado o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, dando integral provimento para cancelar o auto de infração. Diante da decisão proferida, foi apresentado Recurso Especial pela Fazenda Nacional.O valor do processo é de R\$ 8.864.
- b. Imposto de Renda e Contribuição Social A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ de 2005, ano-base de 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos retenção realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 102.
- c. Imposto de Renda e Contribuição Social A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social, declarado na DIPJ de 2003, ano-base de 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos retenção realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não

- estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 3.592.
- d. Imposto de Renda e Contribuição Social A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ de 2005, ano-base de 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos retenção realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 281.
- e. ICMS A Companhia foi autuada em 2011 pela SEFAZ/RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte das aquisições de aço. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso interposto perante o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (R\$ 2.065). Encerrado o processo administrativo com perda, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito em 14 de novembro de 2014. Em 17 de novembro de 2014 foi proferida decisão indeferindo a petição inicial e, diante disso, em 17 de dezembro de 2014 foi interposto recurso de apelação pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 2.065.
- **f. Contribuição ao PIS, COFINS e IPI** A Companhia está sendo executada pela União Federal para cobrança de suposto débito decorrente de Processos Administrativos relativos a Contribuição ao PIS, COFINS e IPI. A companhia opôs embargos a execução. O valor do processo é R\$ 11.965.
- g. Pedido de compensação não homologado A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade contra Despacho Decisório que não homologou compensações declaradas em PER/DCOMP, sob o fundamento de que o pagamento efetuado através do DARF apontado no PER/DECOMP, já foi integralmente utilizado para quitação de outros débitos informados em PERD/COMP. Valor do processo é R\$ 965.
- h. Saldo Negativo de CSLL A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade contra Despacho Decisório , visando à restituição de saldo negativo de CSLL do ano-base 2006, uma vez que a Receita Federal do Brasil não aceitou compensar crédito de PIS com CSLL. Valor do Processo é R\$ 1.163
- i. Contribuição social referente à participação nos resultados dos gerentes e coordenadores Trata-se de Ação Anulatória com Pedido de Antecipação de Tutela objetivando a desconstituição dos Autos de Infrações nºs 37.269.527-2 e 37.269.528-0, lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia em razão de suposta inobservância aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, quando da participação dos lucros e resultados aos seus gerentes e coordenadores. O valor do processo é de R\$ 6.402. A Fras-le aderiu, em outubro de 2015, ao PRORELIT (Programa de Redução de Litígios Tributários) de acordo com os artigos 1º a 6º da Medida Provisória nº 685/2015 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.037/2015, para quitação deste débito, utilizando 70% do saldo devedor com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL da coligada Freios Controil Ltda e 30% pagamento em espécie.
- **Trabalhista** Diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios, horas extras e insalubridade.
- Previdenciário Autuações do INSS que se encontram em julgamento no TRF.

Ativo contingente

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui ativos contingentes representados basicamente por ações federais que se encontram em julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia não registra contabilmente ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

O demonstrativo, na data-base de 31 de dezembro de 2016, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos, está abaixo detalhado:

Controladora

| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 | | | |
|----------------------|----------|------------|------------|----------|----------|--------|
| Ativo Contingente | Provável | Possível | Remota | Provável | Possível | Remota |
| (a) Cível | 55 | 500 | - | 52 | 467 | _ |
| (b)Tributário | 24.163 | 12.565 | 30 | 22.558 | 11.731 | 30 |
| Total | 24.218 | 13.065 | 30 | 22.610 | 12.198 | 30 |

Consolidado

| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 | | | |
|----------------------|----------|------------|------------|----------|----------|--------|
| Ativo Contingente | Provável | Possível | Remota | Provável | Possível | Remota |
| (a) Cível | 55 | 500 | - | 52 | 467 | - |
| (b)Tributário | 24.413 | 12.565 | 30 | 22.697 | 11.750 | 30 |
| Total | 24.468 | 13.065 | 30 | 22.749 | 12.217 | 30 |

⁽a) Cível - trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança), os quais já tem provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso terá sua provisão revertida.

Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

| | Saldo em 31/12/2015 | Adição | Realização/ Baixas | Saldo em 31/12/2016 |
|----------------|------------------------|--------|-----------------------|------------------------|
| Trabalhistas | 3.899 | 2.015 | (643) | 5.271 |
| Previdenciário | 679 | 56 | | 735 |
| | 4.578 | 2.071 | (643) | 6.006 |

⁽b) Tributário - representadas basicamente por ações federais que se encontram em julgamento no STJ e no STF.

Consolidado

| | Saldo em 31/12/2015 | Adição | Realização/ Baixas | Saldo em 31/12/2016 |
|----------------|------------------------|--------|-----------------------|------------------------|
| Trabalhistas | 4.116 | 2.243 | (1.005) | 5.354 |
| Tributárias | 1.605 | 991 | (1.316) | 1.280 |
| Previdenciário | 680 | 1.006 | (951) | 735 |
| | 6.401 | 4.240 | (3.272) | 7.369 |

17 Empréstimos e financiamentos

| | | | | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------------------------|------------------------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------|
| C. I. | Indexador | Juros | Vencimento final do contrato | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Circulante Moeda nacional: | | | | | | | |
| Empréstimos bancários - FINEP | TJLP | 4% a 5% a.a | 02/2020 | 3,793 | 3.800 | 3,793 | 3,800 |
| BNDES | TJLP | 1,97% a 3% a.a. | 11/2019 | 7.753 | 18.685 | 7.753 | 18.685 |
| EXIM | TJLP | 5,5% a.a | 04/2016 | - | 50.576 | - | 50.576 |
| Fundopem | IPCA | 3,0% a.a. | 05/2027 | 2.950 | 2.720 | 2.950 | 2.720 |
| Empréstimo Capital de Giro | TJLP | 9,94% a.a. | 08/2018 | - | - | 1.425 | 2.674 |
| Vendor | Selic | 3% a.a. | 01/2017 | 2.163 | 2.155 | 2.630 | 2.578 |
| Leasing Banco IBM Moeda estrangeira: | CDI | | 09/2017 | 335 | 335 | 335 | 335 |
| Empréstimos bancários | Libor | 4% a.a. | 08/2018 | - | - | 12.266 | 15.873 |
| Empréstimos bancários | - 5.6 + | 20,6% a.a. | 04/2018 | - | - | 431 | 7.758 |
| BNDES | Spread+ | 1,97% a.a. | 01/2020 | 2,320 | 2.786 | 2,320 | 2.786 |
| IFC financiamento | Libor+ | 3% a.a. | 10/2017 | 4.377 | 5.268 | 4.377 | 5.268 |
| Resolução 2770 NCE | Libor 6M | 4,5% a.a. | 03/2020 | 31.385 | 37.829 | 31.385 | 37.829 |
| ACC | | 3,81% a 5,15% a.a | 09/2017 | 47.642 | <u> </u> | 47.642 | |
| | | | | 102.718 | 124.154 | 117.307 | 150.882 |
| Não Circulante | | | | | | | |
| Moeda nacional: | TH D | 40/ 50/ | 02/2020 | 0.153 | 11.042 | 0.153 | 11.943 |
| Empréstimos bancários - FINEP BNDES | TJLP TJLP | 4% a 5% a.a 1.97% a 3% a.a. | 02/2020 11/2019 | 8.172 14.715 | 11.943 22.101 | 8.172 14.715 | 22.101 |
| Fundopem | IPCA | 1,97% a 5% a.a. 3,0% a.a. | 05/2027 | 22.508 | 28.414 | 22.508 | 28.414 |
| Empréstimo Capital de Giro | TJLP | 9,94% a.a | 08/2018 | 22.300 | 26.414 | 65 | 1.484 |
| Leasing Banco IBM | CDI | 9,9470 a.a | 09/2017 | - | 335 | - | 335 |
| Moeda estrangeira: | CDI | | 07/2017 | | 333 | | 333 |
| Empréstimos bancários | Libor | 4% a.a. | 08/2018 | | _ | 11.851 | 28.398 |
| Empréstimos bancários | _ | 20.6% a.a. | 04/2018 | - | _ | 2.687 | 653 |
| <u>r</u> | 5,6 + | ., | | | | | |
| BNDES | Spread+ | 1,97% a.a. | 01/2020 | 4.793 | 8.498 | 4.793 | 8.498 |
| IFC financiamento | Libor+ | 3% a.a. | 10/2017 | - | 5.206 | - | 5.206 |
| Resolução 2770 NCE | Libor 6M | 4,5% a.a. | 03/2020 | 74.070 | 124.244 | 74.070 | 124.244 |
| | | | | 124.258 | 200.741 | 138.861 | 231.276 |
| Total de empréstimos sujeitos a juros | | | _ | 226.976 | 324.895 | 256.168 | 382.158 |

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais/fianças da Randon S.A. Implementos e Participações no valor de R\$ 176.837 (R\$ 271.495 em 31 de dezembro de 2015).

Os contratos de financiamentos perante o International Finance Corporation (IFC) e os contratos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015,

os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou o Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

A subvenção governamental/incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal: e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 2.163 na controladora e R\$ 2.630 no consolidado (R\$ 2.155 na controladora e R\$ 2.578 no consolidado em 31 de dezembro de 2015), nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento perante a instituição financeira no prazo pactuado entres as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas pela coligada Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados à inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi reconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 35 dias.

18 Capital social e reservas

| Ações autorizadas | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------------|------------|
| Ações ordinárias | 600.000 | 300.000 |
| | | |
| Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas | Em milhares | R\$ |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 124.973 | 300.000 |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 214.566 | 600.000 |

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, com a reserva legal, o valor do capital social.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

| | Ajuste de avaliação patrimonial | | | | | |
|----------------------------------|--|--------------------------------------|---------------------|-----------------------|----------|--|
| | Variação cambial de investimentos | Custo atribuído ao imobilizado | Hedge accounting | Avaliação atuarial | Total | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 23.205 | (18.195) | (33.019) | (28) | (28.037) | |
| Adições (baixas) no exercício | 17.566 | 2.449 | (17.326) | 9 | 2.698 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 40.771 | (15.746) | (50.345) | (19) | (25.339) | |

Hedge de fluxo de caixa

Contém a parte eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa até a data do balanço. Também é contabilizada, como um componente em separado, a porção eficaz de ganhos ou perdas sobre instrumentos em *hedge*s de fluxo de caixa de R\$ 17.326 (R\$ 25.233 em 2015) que representam os movimentos nos *hedge*s de fluxo de caixa e a parte eficaz dos contratos, líquidos de impostos.

Reserva para conversão em moeda estrangeira

A reserva para conversão em moeda estrangeira é utilizada para contabilizar diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas estrangeiras, sendo também utilizada para contabilizar o efeito do *hedge* sobre investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao custo atribuído ao imobilizado estão contabilizados no passivo não circulante.

A reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado é realizada conforme a depreciação dos bens avaliados registrados na controladora contra lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários. O mesmo efeito está refletido no resultado do exercício, pela depreciação do valor do custo atribuído aos ativos avaliados.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício a funcionários, conforme o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) - Benefício a Empregados.

19 Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76 com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

| | 2016 | 2015 |
|---|---------|---------|
| Lucro líquido do exercício | 64.281 | 52.153 |
| Reserva Incentivo Fiscal Fundopem | (2.302) | - |
| Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007 | 2.449 | 2.712 |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 64.428 | 54.865 |
| Reserva legal (5%) | (3.222) | (2.743) |
| Lucro base para distribuição | 61.206 | 52.122 |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%) | 15.302 | 13.030 |
| | | |
| Juros sobre capital próprio | 16.000 | 13.649 |
| Imposto de renda | (1.507) | (2.048) |
| Dividendos complementares (5%) | 809 | 1.429 |
| Total dos dividendos mínimos propostos pela Administração | 15.302 | 13.030 |

Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 16.000 (R\$ 13.649 em 31 de dezembro de 2015) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demostrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 5.440 (R\$ 4.641 em 31 de dezembro de 2015) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre capital próprio creditados aos acionistas.

20 Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

| | Controlador | ra e Consolidado |
|---|-------------|------------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Lucro líquido do exercício | 64.281 | 52.153 |
| Média ponderada de ações emitidas (em milhares) | 186.485 | 121.974 |
| Lucro por ação - básico e diluído (em Reais) | 0,34 | 0,43 |

Aumento de capital social na Companhia

Em 20 de abril de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, o efetivo aumento de capital social no montante total de R\$ 300.000, dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social, mediante a emissão de 92.592.593 ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 3,24, no âmbito da oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de colocação.

Assinatura de acordo de acionista

Em 26 de abril de 2016, foi celebrado um acordo de acionistas com o fundo GIF V Pipe Fundo de Investimento em Participações disciplinando o exercício de direito de voto por parte dos controladores da Companhia e o fundo tendo o prazo de vigência de 10 anos, no contexto da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia.

21 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se resumida a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------------|-------------|------------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes: Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos: | (15.075) | (23.620) | (18.772) | (30.568) |
| Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais | (9.825) | 8.535 | (3.032) | 15.694 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado | (24.900) | (15.085) | (21.804) | (14.874) |
| _ | Contro | ladora | Consoli | idado |
| Demonstração do resultado abrangente | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício: | | | | |
| Ajuste de Avaliação Atuarial - Randonprev Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge Accounting | (4) | (296) (1.600) | (4) | (296) (1.600) |
| Tydoc de Tranação Lamionai Treige Necouning | (4) | (1.896) | (4) | (1.896) |

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está descrita a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Lucro contábil antes dos impostos | 89.182 | 67.239 | 86.280 | 67.337 |
| À alíquota fiscal de 34% | 30.322 | 22.861 | 29.335 | 22.895 |
| Despesa incentivada | 1.496 | (4.011) | 1.496 | (4.011) |
| Resultado equivalência patrimonial | 586 | 1.215 | - | ` _ |
| Juros sobre capital próprio | (5.440) | (4.641) | (5.440) | (4.641) |
| Instrumentos derivativos | (1.710) | (1.600) | (1.710) | (1.600) |
| Outras despesas não dedutíveis | (354) | 1.261 | (1.877) | 2.231 |
| | 24.900 | 15.085 | 21.804 | 14.874 |
| Alíquota efetiva | 27,92% | 22,43% | 25,27% | 22,09% |

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se a:

Controladora

| | Balanço patrimonial | | Patrimônio | Patrimônio Líquido | | Resultado | |
|---|---------------------|------------|------------|--------------------|------------|------------|--|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | |
| Provisão para comissões e fretes | 410 | 994 | - | _ | (584) | 20 | |
| Provisão para devedores duvidosos | 297 | 2.490 | - | - | (2.193) | 1.788 | |
| Provisão para contingências | 250 | 231 | - | - | 19 | 80 | |
| Provisão para estoques obsoletos | 1.547 | 1.392 | - | - | 155 | (226) | |
| Operações com derivativos | 9 | 1.117 | _ | (1.600) | (1.108) | 3.867 | |
| Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 | (1.551) | 575 | - | - | (2.126) | 276 | |
| Provisão desvínculo de funcionários | 725 | 669 | - | - | 56 | (197) | |
| Participação dos diretores e funcionários | 2,211 | 2.054 | _ | - | 157 | 204 | |
| Provisões diversas e outros | 3.930 | 2.339 | - | - | 1.591 | (352) | |
| Randonprev avaliação atuarial | (5) | (430) | (4) | (296) | 421 | (232) | |
| Ajuste "valor atribuído" do imobilizado | (18.252) | (19.514) | - | - | 1.262 | 1.396 | |
| Lucro não realizado nos estoques | 4.378 | 8.529 | _ | - | (4.151) | 6.128 | |
| Compra vantajosa Controil | (73) | (650) | - | - | 577 | 577 | |
| Depreciação vida útil / fiscal | (15.065) | (11.164) | _ | - | (3.901) | (2.898) | |
| Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos Passivo fiscal diferido | (21.189) | (11.368) | | | (9.825) | 10.431 | |
| Patrimônio Líquido | | | (4) | (1.896) | | | |

Consolidado

| | Balanço patrimonial | | Patrimônio Liquido | | Resultado | |
|--|---------------------|------------|--------------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Prejuízos fiscais a compensar | 32.895 | 32.389 | - | 2.411 | 1.663 | 10.184 |
| Provisão para comissões e fretes | 410 | 994 | - | - | (584) | 20 |
| Provisão para devedores duvidosos | 363 | 2.512 | - | - | (2.149) | 1.796 |
| Provisão para contingências | 456 | 437 | - | - | 19 | 80 |
| Provisão estoques obsoletos | 1.773 | 1.523 | - | - | 250 | (129) |
| Operações de derivativos | 9 | 1.117 | - | (1.600) | (1.108) | 3.867 |
| Ajustes das Leis n°s 11.638/07 e 11.941/09 | (1.483) | 633 | - | _ | (2.116) | 331 |
| Provisão desvínculo de funcionários | 725 | 669 | - | - | 56 | (197) |
| Participação dos diretores e funcionários | 2.211 | 2.054 | - | - | 157 | 204 |
| Provisões diversas | 3.936 | 2.361 | - | - | 1.575 | (484) |
| Randonprev avaliação atuarial | (5) | (430) | (4) | (296) | 421 | (232) |
| Ajuste valor atribuído do imobilizado | (22.039) | (23.828) | - | - | 1.789 | 2.022 |
| Compra vantajosa Controil | (73) | (650) | - | - | 577 | 577 |
| Depreciação vida útil / fiscal | (16.699) | (13.117) | - | - | (3.582) | (2.860) |
| Receita de imposto de renda e | | | | | | |
| contribuição | | | | | | |
| social diferidos | | | | | (3.032) | 15.179 |
| (Passivo) fiscal diferido | (28.851) | (23.949) | | | | |
| Ativo fiscal diferido | 31.330 | 30.613 | | | | |
| Patrimônio Líquido | | | (4) | 515 | | |

22

Receita líquida de vendas A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Receita bruta de vendas | 780.613 | 731.684 | 1.062.659 | 1.104.779 |
| Devolução de vendas | (2.022) | (1.437) | (3.671) | (3.250) |
| Ajuste a valor presente | (13.228) | (13.074) | (13.880) | (13.738) |
| Impostos sobre a venda | (184.873) | (175.448) | (232.457) | (212.765) |
| Receita operacional líquida | 580.490 | 541.725 | 812.651 | 875.026 |

23 Despesas por natureza

| _ | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|--------------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Despesas por função | (400.660) | (261 101) | (2 00 <00) | (610 441) |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | (408.669) | (361.191) | (580.608) | (619.441) |
| Despesas com vendas | (46.079) | (55.530) | (66.838) | (88.188) |
| Despesas administrativas e gerais | (40.294) | (43.144) | (59.274) | (69.128) |
| Outras despesas operacionais | (11.842) | (23.742) | (28.960) | (29.476) |
| | (506.884) | (483.607) | (735.680) | (806.233) |
| Despesas por natureza | | | | |
| Depreciação e amortização | (27.606) | (27.456) | (40.016) | (41.585) |
| Despesas com pessoal | (149.311) | (144.375) | (200.718) | (210.208) |
| Remuneração e participação dos administradores | (3.463) | (3.702) | (3.463) | (3.702) |
| Matéria prima e materiais de uso e consumo | (215.192) | (176.191) | (324.715) | (366.209) |
| Fretes | (18.845) | (18.081) | (24.686) | (26.322) |
| Energia elétrica | (14.473) | (11.775) | (21.444) | (19.873) |
| Comissões | (3.594) | (5.772) | (4.636) | (8.372) |
| Conservação e manutenção | (15.658) | (14.035) | (23.366) | (29.949) |
| Aluguéis | (4.169) | (3.748) | (6.121) | (5.226) |
| Assessoria em TI | (4.460) | (5.808) | (5.236) | (6.241) |
| Assistência Técnica | (1.915) | (398) | (2.070) | (593) |
| Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado | - | _ | (11.950) | _ |
| Outras despesas | (48.198) | (78.472) | (67.259) | (87.953) |
| _ | (506.884) | (483.607) | (735.680) | (806.233) |

24 Despesas com pessoal e participação nos lucros

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|------------|--------------|------------|-------------|--|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | |
| Ordenados e salários | 129.155 | 123.698 | 173.663 | 181.714 | |
| Custos de previdência social | 3.046 | 3.004 | 7.403 | 7.728 | |
| Custos relacionados com aposentadoria | 1.104 | 979 | 1.104 | 979 | |
| Beneficios concedidos | 16.006 | 16.694 | 18.548 | 19.787 | |
| | 149.311 | 144.375 | 200.718 | 210.208 | |

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros apurados em 31 de dezembro de 2016 foi no valor de R\$ 6.919 (R\$ 10.031 em 31 de dezembro de 2015).

25 Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Receitas financeiras: | | | | |
| Variação cambial | 39.012 | 94.409 | 39.228 | 95.207 |
| Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras | 46.286 | 24.016 | 46.773 | 24.070 |
| Ganhos com outras operações de derivativos | - | 3.814 | - | 3.814 |
| Ajuste a valor presente | 13.520 | 12.409 | 14.156 | 13.057 |
| Outras receitas financeiras | 700 | 1.025 | 2.576 | 1.871 |
| | 99.518 | 135.673 | 102.733 | 138.019 |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Variação cambial | (51.519) | (84.394) | (52.026) | (84.678) |
| Juros sobre financiamentos | (14.165) | (17.876) | (24.234) | (31.919) |
| Perdas com outras operações de derivativos | (58) | (7.056) | (58) | (7.056) |
| Ajuste a valor presente | (3.078) | (2.343) | (3.534) | (3.141) |
| Despesas bancárias | (7.140) | (6.365) | (7.226) | (7.709) |
| Descontos concedidos | (4.138) | (7.077) | (4.351) | (7.171) |
| Outras despesas financeiras | (6.672) | (9.786) | (8.660) | (9.877) |
| - | (86.770) | (134.897) | (100.089) | (151.551) |
| Resultado financeiro liquido | 12.748 | (776) | 2.644 | (13.532) |

26 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e riscos de liquidez, aos quais a Companhia entende estar exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de liquidez não imediata, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não

diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os riscos da Companhia são descritos a seguir.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demostrações financeiras:

| Controladora | | - | Valor contábil | | Valor justo | | |
|--|--------|--------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--|
| | Nota | Hierarquia | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | |
| Ativos Valor justo por meio do resultado Caixa e equivalentes de caixa | 6 | (2) | 218.529 | 119.656 | 218.529 | 119.656 | |
| Empréstimos e recebíveis Aplicações financeiras de liquidez não | | | | | | | |
| imediata Clientes | 7 8 | (2) (2) | 274.181 167.322 | 55.008 173.686 | 274.179 167.322 | 55.003 173.686 | |
| Passivos Passivos pelo custo amortizado | | | | | | | |
| Fornecedores Empréstimos e financiamentos | 17 | (2) (2) | (41.479) (226.976) | (28.133) (324.895) | (41.479) (171.032) | (28.133) (325.053) | |
| Valor justo por meio do resultado | 26 | (2) | | (420) | | (420) | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 26 | (2) | <u> </u> | (429) | | (429) | |
| Total | | | 391.577 | (5.107) | 447.519 | (5.270) | |
| Consolidado | | - | Valor cor | ntábil | Valor justo | | |
| | Nota | Hierarquia | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2015 | 31/12/2015 | |
| Ativos Valor justo por meio do resultado Caixa e equivalentes de caixa | 6 | (2) | 256.244 | 161.895 | 256.244 | 161.895 | |
| Empréstimos e recebíveis Aplicações financeiras de liquidez não | | | | | | | |
| imediata | 7 | (2) | 274.181 | 55.008 | 274.179 | 55.003 | |
| Clientes Passivos | 8 | (2) | 61.449 | 75.507 | 61.449 | 75.507 | |
| Passivos pelo custo amortizado | | | | | | | |
| Fornecedores Empréstimos e financiamentos | 17 | (2) (2) | (56.420) (256.168) | (42.960) (382.158) | (56.420) (194.733) | (42.960) (382.316) | |
| Valor justo por meio do resultado Instrumentos financeiros derivativos | 26 | (2) | _ | (429) | | (429) | |
| Total | | · / <u>-</u> | 279.286 | (133.137) | 340.719 | (133.300) | |

Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo, considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos à taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2016, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado. Considerando os critérios de sensibilidade descritos acima, os instrumentos financeiros contratados com taxas fixas, não possuem qualquer variação significativa que possam afetar de forma material as demonstrações financeiras.

| Deterioração das receitas financeiras | | | | |
|---------------------------------------|-------|------------------------------|---------------------|-------------------|
| Operação | Moeda | Cenário provável | Cenário possível | Cenário remoto |
| Aplicações financeiras | R\$ | 72.297 Depreciação | 54.223 | 36.148 |
| | | da taxa em | 25% | 50% |
| Referência para receitas financeiras | | Provável | Possível | Remota |
| CDI % | | 13,6% | 10,2% | 6,8% |
| Aumento das despesas financeiras | | | | |
| | Moeda | Cenário provável | Cenário possível | Cenário remoto |
| Instituições financeiras | R\$ | 16.976 | 21.867 | 27.092 |
| | | Apreciação da taxa em | 25% | 50% |
| Referência para passivos financeiros | | Provável | Possível | Remota |
| TJLP | | 7,5% | 9,4% | 11,3% |
| URTJ | | 4,1% | 5,1% | 6,1% |
| CDI | | 13,6% | 17% | 20,4% |
| US\$ | | 3,26 | 4,07 | 4,89 |
| LIBOR Semestral | | 1,3% | 1,6% | 2% |
| IPCA | | 6,3% | 7,9% | 9,4% |

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 38 R1 /IAS 39) e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentou variação negativa de 16,54% (47,01% positiva em 31 de dezembro de 2015). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de "Financiamento" visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido à variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como hedge accounting

| | | | | | Variação Cambial | | |
|---------------|------|---------------------|--------------------|------------------|--|-------------------|--|
| Contraparte T | Гіро | Taxa Contratação | Taxa Designação | Notional US\$ | Contabilizada no Patrimônio Líquido * | Valor Contábil | |
| Banco Itaú NC | Έ | 1.8316 | 2,3426 | 13.637 | 12.498 | 44.442 | |

^(*) Valor diferido no patrimônio líquido (hedge accounting), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações:

| | Valor designado financiamento USD (Instrumento | | Vendas em USD designadas (Objeto de |
|-------------------|--|-------------------|---|
| Ano de referência | de Hedge) | Mês de referência | hedge) |
| 2017 | 5.454 | set/16 | 5.454 |
| 2018 | 5.455 | mar/17 | 5.455 |
| 2019 | 2.728 | set/17 | 2.728 |
| Total | 13.637 | Total | 13.637 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

| | US\$ mil | | | | |
|--|--------------|------------|------------|------------|--|
| | Controladora | | Conso | olidado | |
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | |
| A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte- | 66.060 | 63.900 | 26.199 | 17.583 | |
| americanos | 50.501 | 47.078 | 58.857 | 60.570 | |
| C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos | - | (110) | - | (110) | |
| D. Exportações futuras designadas para hedge accounting | 13.636 | 19.091 | 13.636 | 19.091 | |
| E. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C+D) | 29.195 | 35.803 | (19.022) | (24.006) | |

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

| | _ | Controladora | | | |
|--|-------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--|
| Operação | Risco | Cenário provável | Cenário possível | Cenário remoto | |
| Exposição líquida de instrumentos Financeiros | Alta do US\$ Queda do US\$ | 95.149 95.149 | 118.936 71.362 | 142.724 47.575 | |
| | _ | (| Consolidado | | |
| Operação | Risco | Cenário provável | Cenário possível | Cenário remoto | |
| Exposição líquida de instrumentos Financeiros | Alta do US\$ Queda do US\$ | (61.996) (61.996) | (77.495) (46.497) | (92.994) (30.998) | |

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

| | Nota | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| Controladora Empréstimos e financiamentos (-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de | 17 | 226.976 | 324.895 |
| liquidez não imediata | 6 e 7 _ | (492.710) | (174.664) |
| Dívida líquida Patrimônio líquido | _ | (265.734) 772.136 | 150.231 432.142 |
| Patrimônio e dívida líquida | _ | 506.402 | 582.373 |
| Quociente de alavancagem | | - | 26% |
| | | | |
| ConstRate | Nota | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Consolidado Empréstimos e financiamentos (-) Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras de | Nota 17 | 31/12/2016 256.168 | 31/12/2015 382.158 |
| | | | |
| Empréstimos e financiamentos (-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de | 17 | 256.168 | 382.158 |
| Empréstimos e financiamentos (-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata Dívida líquida | 17 | 256.168 (530.425) (274.257) | 382.158 (216.903) 165.255 |

Garantias

A Companhia não têm ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com aproximadamente 31 clientes que deviam mais que R\$ 1.037 cada (em 31 de dezembro de 2015 eram 32 clientes que deviam R\$ 1.075 cada), sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 270 clientes, que deviam uma média de aproximadamente R\$ 50 cada. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada fechamento em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado que está indicado na Nota explicativa 8.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

| Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Fluxo de caixa | Valor contábil |
|---|--|--|--------------------------|---|--|--|
| Empréstimos e Financiamentos Fornecedores | 26.187 41.275 | 80.576 | 131.919 | 7.948 | 246.630 41.275 | 226.976 41.479 |
| | 67.462 | 80.576 | 131.919 | 7.948 | 287.905 | 268.455 |
| Exercício findo em 31 de dezembro de | 1463 | 2 - 12 | 1 a 5 | N/L-1 1- | Fluxo | Valor |
| 2015 | Até 3 meses | 3 a 12 meses | anos | Mais de 5 anos | de caixa | contábil |
| Empréstimos e Financiamentos | 33.383 | 90.771 | 187.238 | 13.503 | 352.227 | 324.895 |
| Fornecedores | 25.820 | 2.313 | | | 28.133 | 28.133 |
| | 59.203 | 93.084 | 187.238 | 13.503 | 380.360 | 353.028 |
| Consolidado | | | | | | |
| Exercício findo em 31 de dezembro de | | | 1 a 5 | Mais | Fluxo de | Valor |
| 2016 | Até 3 | 3 a 12 | anos | de | caixa | contábil |
| | Meses | | | _ | | |
| Empréstimos e Financiamentos | | meses | | 5 anos | | |
| | 33.200 | 88.185 | 149.634 | 5 anos 7.948 | 278.967 | 256.168 |
| Fornecedores | | | 149.634 | | 278.967 56.174 | 256.168 56.420 |
| | 33.200 | 88.185 | 149.634 149.634 | | | |
| | 33.200 56.088 | 88.185 86 | | 7.948 | 56.174 | 56.420 |
| Fornecedores | 33.200 56.088 | 88.185 86 | 149.634 | 7.948 7.948 Mais de | 335.141 | 56.420 312.588 |
| Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 | 33.200 56.088 89.288 Até 3 meses | 88.185 86 88.271 3 a 12 meses | 149.634 1 a 5 anos | 7.948 7.948 Mais de 5 anos | 56.174 335.141 Fluxo de caixa | 312.588 Valor contábil |
| Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Empréstimos e Financiamentos | 33.200 56.088 89.288 Até 3 meses 48.677 | 88.185 86 88.271 3 a 12 meses 102.205 | 149.634 1 a 5 | 7.948 7.948 Mais de | 56.174 335.141 Fluxo de caixa 413.863 | 56.420 312.588 Valor contábil 382.158 |
| Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 | 33.200 56.088 89.288 Até 3 meses | 88.185 86 88.271 3 a 12 meses | 149.634 1 a 5 anos | 7.948 7.948 Mais de 5 anos | 56.174 335.141 Fluxo de caixa | 312.588 Valor contábil |

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto.

27 Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas:

| | | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | Tipo de garantia | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Freios Controil Ltda | Aval e fiança | 1.490 | 3.958 | 1.490 | 3.958 |

28 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

- Segmento de montadoras: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.
- Segmento de reposição: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

| | Montadoras | | Reposição | | Total | |
|---|------------|------------|------------|------------|----------------------|----------------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Receita líquida para terceiros Custo dos produtos | 98.290 | 131.038 | 714.361 | 743.988 | 812.651 | 875.026 |
| vendidos e dos serviços prestados | (75.398) | (101.281) | (505.210) | (518.160) | (580.608) | (619.441) |
| Lucro bruto Despesas operacionais | 22.892 | 29.757 | 209.151 | 225.828 | 232.043 (148.406) | 255.585 (174.717) |
| Resultado financeiro líquido | _ | | | - | 2.644 | (13.532) |
| Lucro (antes do imposto sobre o lucro) | - | | | <u>-</u> | 86.281 | 67.336 |

Despesas operacionais, ativos e passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

| | Montadoras | | Reposição | | Total consolidado | |
|------------------|------------|------------|------------|------------|-------------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Região: | | | | | | |
| Mercado nacional | 52.854 | 78.538 | 316.800 | 350.347 | 369.654 | 428.885 |
| Nafta | 41.406 | 48.397 | 152.561 | 177.345 | 193.967 | 225.742 |
| Europa | 728 | 533 | 48.349 | 35.912 | 49.077 | 36.445 |
| Mercosul | - | - | 137.000 | 134.660 | 137.000 | 134.660 |
| África | - | - | 23.268 | 17.591 | 23.268 | 17.591 |
| Ásia e Oceania | 3.302 | 3.570 | 11.798 | 9.691 | 15.100 | 13.261 |
| Outros | - | _ | 24.585 | 18.442 | 24.585 | 18.442 |
| Total | 98.290 | 131.038 | 714.361 | 743.988 | 812.651 | 875.026 |

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

c. Ativo por área geográfica

| | Ativo | | |
|-----------------|------------|------------|--|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | |
| Brasil | 320.622 | 344.779 | |
| Estados Unidos | 40.281 | 67.880 | |
| Argentina | 5.547 | 2.634 | |
| Chile | 26 | 33 | |
| Mexico | 28 | 35 | |
| China | 8.365 | 12.866 | |
| Alemanha | 249 | 417 | |
| Africa | 1 | 12 | |
| Emirados Arábes | 10 | 19 | |
| Eliminações | (513) | (840) | |
| Total | 374.616 | 427.834 | |